

## CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE TUTORIA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA BRASILEIRA

Autor: Silvia Regina Sênos Demarco; Orientador: Martha Elisa Cuenca

*Universidade Castelo Branco – [silviasenos@globocom.com](mailto:silviasenos@globocom.com)*

A Educação a Distância (EaD) sofreu um crescimento ascendente e rápido no Brasil, nas duas décadas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, LDBEN (BRASIL, 1996), que mencionou um compromisso do governo de incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Na década de 1980, a modalidade começou a ser adotada por algumas universidades brasileiras, que passaram a fazer uso dos meios de comunicação de massa como ferramentas de apoio pedagógico. Na década seguinte, o advento da *Web* trouxe um enorme salto quantitativo no processo de desenvolvimento e propagação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) digitais, possibilitando à EaD tomar um rumo e uma expansão muito mais ampla e significativa. A modalidade é geralmente difundida pela noção de oferecer meios para reduzir as distâncias e os isolamentos geográficos, beneficiando um público que, por diversos motivos, não tem ou não teve acesso a programas presenciais de educação. O desenvolvimento da EaD no Brasil tem se dado como uma alternativa, em particular, para a formação inicial e continuada de docentes.

O percurso da EaD no Brasil se apresenta fortemente vinculado ao desenvolvimento de ações governamentais direcionadas à democratização da educação, o que é convergente com o desenvolvimento da EaD em outras partes do mundo. Alguns países como a Grã-Bretanha, África do Sul, Holanda e Canadá contam com Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas totalmente para o ensino a distância, que se estabeleceram ao longo de décadas de inúmeros ciclos de planejamento, implementação e avaliação de experiências com novas tecnologias, diferentes estruturas institucionais e novas metodologias do ensino. No panorama global, a EaD no Brasil se apresenta muito jovem. Contudo, diante da elevada demanda pela educação superior diretamente relacionada às melhorias econômicas experimentadas pelo país nos últimos anos, a modalidade de educação ainda se encontra sem uma definição consistente de sua identidade e espaços próprios no panorama da educação superior (E.S).

Dentre as funções docentes do ensino superior na educação a distância, a tutoria possui lugar de destaque. Em geral, o tutor é visto de maneira reducionista,

como um profissional que presta assistência relativamente limitada ao aluno, posicionando-o como um administrador de *feedback* que simplesmente sana dúvidas pontualmente. Embora as pesquisas ofereçam subsídios no sentido de compreender-se a real contribuição do tutor, as abordagens adotadas tendem a destacar a especificidade de sua função em termos da capacitação e das habilidades exigidas dele, indicando a necessidade de investigações empíricas que permitam uma reflexão mais aprofundada sobre os fazeres desses profissionais em suas práticas cotidianas, além de necessária uma investigação que aborde as necessidades de uma regulamentação para a atuação desse profissional.

O professor - tutor estabelece relações mais próximas com o aluno, mediando as ações pedagógicas desenvolvidas no curso, porém, ainda, não se encontra respaldado legalmente em relação à sua remuneração e demais condições trabalhistas, de acordo com as leis vigentes brasileiras, uma vez que seu enquadramento profissional não está regulamentado. A forma de remuneração dos tutores e professores é um dos grandes problemas enfrentados na educação a distância pelas Instituições de Ensino Superior (IES), visto que, cada instituição privada adota um modelo diferente de remuneração, e as instituições públicas remuneram o trabalho com bolsas. Algumas IES empregam o tutor como um funcionário administrativo qualquer que trabalhe oito horas diárias, sem um enquadramento destinado aos outros docentes presenciais. Algumas remuneram por horas trabalhadas ou por número de alunos e outras, a remuneração é uma “bolsa”.

A precarização do trabalho da tutoria vem sendo discutida por diversos autores. Mill (2008) exemplifica e destaca que o excesso de atividades, o elevado número de alunos por tutor e o baixo valor hora-aula sobrecarregam e desvalorizam o profissional da EaD. Lemgruber (2008) considera que, para haver qualidade na EaD, é necessário que se contemple não somente a qualificação dos docentes como suas condições adequadas de trabalho. Apesar do Decreto 5622/05 abordar sobre o que os projetos pedagógicos devem contemplar, não estabelece os parâmetros quanto ao número de alunos atendidos por tutor.

As questões políticas da EaD, as capacitações profissionais e os vínculos empregatícios suscitam debates e polêmicas nesse processo de construção e possibilidades para a educação. Há de se repensar, reavaliar e problematizar as condições trabalhistas para que a falta de regulamentação e de regras, nesse contexto, não interfiram negativamente no trabalho dos protagonistas dessa modalidade.

Considerando esse contexto, o objetivo da pesquisa em tela foi analisar se as funções do tutor em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior

brasileiras, na modalidade a distância demandam, na atualidade, uma regulamentação de condições de trabalho para o exercício da atividade de tutoria no Brasil. Buscou-se também, apresentar as competências para a tutoria de EaD relevando a qualidade; descrever como se potencializam as funções do docente presencial e do docente-tutor com o foco na docência do Ensino Superior; explicar a relação de remuneração entre a docência presencial e a docência em EaD.

Na revisão de literatura, Machado (2006, p. 1) afirma que “a competência é um atributo das pessoas, exerce-se em um âmbito bem delimitado, está associada a uma capacidade de mobilização de recursos, realiza-se necessariamente junto com os outros, exige capacidade de abstração e pressupõe conhecimento de conteúdos”, ou seja, os atores envolvidos são responsabilizados pela aquisição e renovação continuada de suas competências. Castells (1999) considera a “Era da Informação” como uma propagação do acesso à informação trazendo mudanças nos setores de atuação humana, corroborando com Ruiz (2004 apud BOZU; HERRERA, 2009), que afirma a educação inserida neste contexto tecnológico do mundo globalizado do séc. XXI. Alarcão ( ) discute a formação de professores, Delors ( ) fundamenta os quatro pilares de qualidade da educação como suporte para o perfil docente e necessários nesta nova era. Tardif (2014), Pimenta e Anastasiou(2002) , Morosini (2001), Silva (2011) dentre outros fundamentam os saberes docentes. Pretto e Riccio (2010) afirmam que a formação docente para a EaD deva ser especializada, e não apenas que os docentes se apropriem das tecnologias digitais sem que entendam das suas possibilidades e potencialidades. Com a noção de sujeito ativo na construção prática pedagógica específica dos cursos do E.S., a distância é fundamentada nos estudos de Ferreira (2009) e Gonçalves (2009), que constata, nas práticas da tutoria observadas, a consciência que os tutores vão ganhando, aos poucos, quanto ao próprio fazer no contexto em que estão inseridos. Por outro lado, Almeida e Figueiredo (2010) sugerem que, apesar da função da tutoria estar definida, a identidade do tutor ainda se encontra em construção, precisando de muitos debates e discussões.

Borges *et al* (2014) consideram que o papel do tutor é estratégico à sua efetividade, principalmente, no tocante às competências técnicas e comportamentais. Nos estudos realizados pelos autores sobre a função da tutoria a distância na UAB, os resultados indicaram que as ações de captação, treinamento e desenvolvimento de competências são condizentes com as necessidades das atribuições dos tutores. Mattar (2012) considera o tutor como professor, observando que a atividade da tutoria ainda é encarada

por alguns de maneira pejorativa, como um rebaixamento da função docente. Investigando a tutoria em alguns cursos da UAB, Oliveira (2014) diz perceber que as funções e atribuições conferidas ao tutor caracterizam-se com docentes, porém a importância da tutoria não tem sido acompanhada do devido reconhecimento do papel docente que desempenha, tanto no vínculo institucional e remuneração a que está submetido, quanto à falta de autonomia e participação no desenvolvimento das disciplinas, configurando um contexto de ambiguidades, imprecisões e precariedades no processo de estreitamento da docência no ensino superior a distância.

A investigação propôs um estudo de cunho qualitativo, utilizando os princípios das técnicas documentais, da observação participante, entrevista e questionário, verificando, assim, a relação entre as atividades docentes presenciais e a distância no ensino superior e suas referentes remunerações, dentre outros aspectos relacionados às condições de trabalho, apontando elementos plausíveis que surgiu a necessidade da elaboração de uma proposta de regulamentação das condições de trabalho para o exercício da atividade de tutoria no Brasil, integrando uma contínua reflexão acerca de questões dos docentes- tutores. A coleta de dados incluiu métodos e técnicas de pesquisa, de modo a viabilizar a análise dos dados (MINAYO, 2004). O conjunto de dados obtidos através da observação participante foi complementado com documentos institucionais de relevância e documentos jurídicos sobre a legislação direcionada à docência e à tutoria vigente no Brasil. Assim, a coleta de diversos tipos de dados promoveu um entendimento melhor do problema investigado, adequando os procedimentos de acordo com as necessidades encontradas ao longo do processo investigado.

Esta pesquisa abarcou como universo, professores-tutores que atuam na Educação a Distância (EaD) em Instituições de Ensino Superior (IES) e os quais vêm se queixando da inexistência de regulamentação de suas funções e atribuições, assim como de suas remunerações. Os campos investigados foram a Universidade Castelo Branco (UCB) – do setor privado, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – setor público, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Nas entrevistas, os tutores foram unânimes em afirmar que o número elevado de alunos por tutor desqualifica e compromete o trabalho, além da exaustão física e mental, como também, muitas vezes não poder concluir no prazo solicitado, a correção das provas e lançamento das mesmas na plataforma.

A carga horária foi outro assunto debatido entre os participantes. A princípio, os tutores têm 4 horas semanais para interagir nos fóruns e responder aos alunos, o

que parece ser satisfatório, posto que nos questionários ficou evidente que a tutoria se dava de forma reativa e não interativa/provocativa. Entretanto, quando chega o período de correção das avaliações, a carga horária se torna insuficiente, devido ao grande número de avaliações a serem corrigidas. Dessa maneira, o tutor que deseja cumprir o prazo para o lançamento de notas estabelecido pela coordenação, deverá “fazer” (trabalhar) mais horas, sem que estas sejam remuneradas. A hora-aula do tutor na IES privada, de acordo com o SIMPRO RJ em 2016, era de R\$ 26,67 contra a hora-aula de no mínimo R\$ 48,59 que recebe o professor na modalidade presencial.

As categorias e subcategorias levantadas em pesquisas realizadas foram:

<b>PRECARIZAÇÃO: DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EXCESSO DE ATIVIDADES</li> <li>• CARGA HORÁRIA DIFERENCIADA</li> <li>• VALOR HORA-AULA INFERIOR AOS DOCENTES PRESENCIAIS</li> <li>• CONTRATO DE TRABALHO NEM SEMPRE COM DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS</li> </ul>
<b>SOBRECARGA DE TRABALHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACÚMULO DAS FUNÇÕES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS</li> <li>• LIMITAÇÃO DA AUTONOMIA DOCENTE</li> <li>• NÚMERO ELEVADO DE ALUNOS POR TUTOR</li> </ul>
<b>POUCO APOIO INSTITUCIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• FALTA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA E/OU CONTINUADA</li> <li>• IMPLICAÇÃO COM A QUALIDADE</li> </ul>
<b>AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÕES E REGULAMENTAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• TUTOR É DOCENTE, COM ATIVIDADES E FUNÇÕES ESPECÍFICAS, NECESSITANDO DE UMA REGULAMENTAÇÃO ADEQUADA</li> </ul>

Remuneração Estimada - IES pública e privada

		Remuneração – médias estimadas 2016	
Professor Assistente E.S./modalidade tradicional		<i>Instituição pública</i>	<i>Instituição privada</i>
		R\$ 23,00 /hora-aula	R\$ 52,54 /hora-aula
Tutor E.S./modalidade distância	a	<i>Instituição pública</i>	<i>Instituição privada</i>
		R\$ 14,37 /hora-aula	R\$ 26,67 /hora-aula

Atualmente, as relações das condições de trabalho e a remuneração dos professores-tutores do Rio de Janeiro, atuantes na EaD relegam estes profissionais a um segundo plano de importância, configurando um contexto impreciso e precário de suas funções. Cabe ao governo, ao sindicato e às políticas públicas, o reconhecimento do papel do docente e o enquadramento de suas funções.

## REFERÊNCIAS

BORGES, et al. Diagnóstico de competências individuais de tutores que atuam na modalidade a distância. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo.v. 40, n. 4, out-dez. 2014.

BOZU, Z.; HERRERA, P. J. C. El profesorado universitario em La sociedad del conocimiento: competencias profesionales docentes. *Revista de Formación e Innovación Educativa Universitaria*. V. 2, n. 2, 87-97, 2009. España, Barcelona.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação.

\_\_\_\_\_. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN* n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, Z. M. *Prática pedagógica do professor-tutor em EaD no curso "Veredas - Formação Superior de Professores"*. 2009. 312 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2009.

GONÇALVES, L. M.. *Estado da Arte na formação de tutores*. Universidade Federal do Tocantins, 2009. *Anais...* 16º Congresso Internacional de EaD – ABED, 2010. Relatório de pesquisa.

LEMGRUBER, M. S. *Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos*. Pernambuco. Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2008.

MACHADO, N. J. Sobre a idéia de competência. In: FEUSP – *Programa de Pós-Graduação, Seminários de Estudos em Epistemologia e Didática (SEED)*, 2006.

MATTAR, J. *Tutoria e interação em educação a distância*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Série Educação e Tecnologia)

MILL, D. R. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. *Revista extra-classe*. n1, v1, Fev., 2008.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. & GOMES, R. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (26ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

PRETTO, N. de L.; RICCIO, N. C. R. A formação continuada de professores universitários. *Educar*, Curitiba, n. 37, p. 153-169, maio/ago. 2010. Editora UFPR.

SILVA, M.. Falta interatividade. Revista eletrônica: *Carta Capital*. 2011.

SIMPRO-RJ. Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região. *Convenção Coletiva*. Disponível em: < <http://www.sinpro-rio.org.br/home/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

TARDIF, M. *A profissão docente face à redução da educação à economia*. 2007. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12767408/a-profissao-docente-face-a-reducao-da-educacao-a-economia-the->>. Acesso em: 21 jan 2016.